



CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ-SP

CONCURSO PÚBLICO 2022

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e uma folha de textos destinada à resposta definitiva da questão discursiva.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de texto definitivo. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de texto definitivo em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

Observe o seguinte texto:

“Para fazer um bom cozido, eu aconselho, em primeiro lugar, a escolher carnes de excelente qualidade e, como segundo passo, comprar legumes em um pequeno vendedor, já que certamente eles serão mais frescos que os do supermercado. O tempo de cozimento é o pulo do gato: é preciso deixar perto de cinco horas em fogo brando. Os seus convidados irão felicitá-lo”.

Tal estruturação textual faz com que esse texto seja um exemplo clássico do texto

- (A) injuntivo, por centralizar sua estruturação em ordens ou conselhos.
- (B) descritivo, por mostrar características e qualidades das realidades nomeadas.
- (C) narrativo, por indicar as diversas etapas evolutivas na preparação de um prato.
- (D) expositivo, por focalizar as preocupações básicas na preparação de um prato, sem interferência do enunciador.
- (E) argumentativo, por defender uma tese apoiada em sua própria experiência.

2

Em todas as opções abaixo, há a passagem de uma frase de discurso direto para o discurso indireto.

Assinale a opção em que essa modificação foi feita de forma adequada.

- (A) “Todos os alunos devem trazer amanhã o exercício já respondido”, disse o professor; / o professor disse que todos deviam trazer amanhã o exercício já respondido.
- (B) “Ontem não houve aula, por isso a prova será transferida para a próxima terça-feira”, informou o inspetor; / o inspetor informou que, como ontem não houve aula, a prova seria transferida para a próxima terça-feira.
- (C) “No final do ano, eu já terei terminado minha tese de mestrado”, disse meu filho; / Meu filho disse que, no final do ano seguinte, ele teria terminado a sua tese de mestrado.
- (D) “Teremos muito trabalho hoje” disse o gerente da loja; / O gerente da loja disse que teriam muito trabalho naquele dia.
- (E) “Vá direto agora mesmo para a coordenação de disciplina”, ordenou a professora; / A professora ordenou ao aluno que ele fosse rapidamente para a coordenação de disciplina.

ATENÇÃO: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

Observe a descrição de uma imagem.

- “1. Um jovem e um cachorro estão representados no campo, não muito longe de uma pequena igreja situada sobre uma colina.
- 2. Trata-se possivelmente de uma tarde de verão. O céu está azul e o campo está verdejante.
- 3. O menino no primeiro plano deve ter seus doze anos; veste uma camiseta de mangas curtas e uma bermuda. Ele está de pé, com as mãos para trás.
- 4. Ele está de costas para o cachorro, mas seu olhar está voltado para o animal, como se esperasse alguma coisa. O cachorro, no segundo plano, está com a cabeça entre as patas e parece cochilar.
- 5. A posição dos personagens sugere que o menino e o cachorro são amigos, mas que este certamente não queria passear tão longe; de qualquer modo, o menino parece esperar que o passeio termine bem”.

3

Estruturalmente falando, assinale a opção que identifica inadequadamente a finalidade do segmento destacado.

- (A) O segmento 1 mostra uma visão de conjunto da cena.
- (B) O segmento 2 traz um melhor detalhamento da imagem, graças dos elementos do fundo.
- (C) O segmento 3 focaliza os personagens.
- (D) O segmento 4 mostra imprecisões decorrentes de ser uma imagem visual, sem movimentos.
- (E) O segmento 5 traduz para o leitor a significação da imagem descrita.

4

O segmento da anterior descrição de uma imagem traz um conjunto de elementos que denunciam ser o objeto descrito uma imagem fixa; assinale o segmento da descrição que não mostra que o objeto descrito é uma imagem fixa.

- (A) Um jovem e um cachorro estão representados no campo, não muito longe de uma pequena igreja situada sobre uma colina.
- (B) O céu está azul e o campo está verdejante.
- (C) O menino, no primeiro plano deve ter seus doze anos; veste uma camiseta de mangas curtas e uma bermuda.
- (D) O cachorro, no segundo plano, está com a cabeça entre as patas e parece cochilar.
- (E) A posição dos personagens sugere que o menino e o cachorro são amigos.

5

Para desenvolver uma tese, para refutar uma tese contrária, o argumentador pode recorrer a argumentos de diversos tipos, segundo as circunstâncias da argumentação. Observe o segmento argumentativo a seguir:

“Essas tribos trocam frequentemente de mulheres, o que é um sinal muito claro de selvageria. Eles ignoram completamente a nobreza e o valor do belo sacramento de casamento”.

O tipo de argumento utilizado nesse segmento foi

- (A) apelo a um depoimento de autoridade reconhecida no tema abordado.
- (B) apresentação de uma comparação que possa valorizar a força da tese defendida.
- (C) recurso a valores socialmente estabelecidos, contra os quais ninguém se deve colocar.
- (D) citação de argumento intimidatório que anuncia um mal futuro.
- (E) indicação de um exemplo que possa auxiliar na defesa da tese.

6

Observe o seguinte texto, retirado de uma redação escolar:

“Desde o começo dos anos 30, o câncer de pulmão ocupa um lugar a cada dia mais importante entre as causas de óbitos. Os estudos já demonstraram de forma clara as relações existentes entre esse tipo de câncer e o hábito de fumar.

Se é verdade que certas pessoas que nunca fumaram podem ser atingidas por esse mal, não é menos verdade que entre os fumantes inveterados a proporção de doentes é vinte vezes mais elevada que entre os demais.

É bom que se diga que o homem que fuma 20 cigarros por dia vê sua esperança de vida diminuir cinco anos, ao passo que aquele que fuma 40 cigarros ou mais, a vê diminuir em oito anos”.

Sobre a estruturação desse texto, assinale a afirmativa adequada.

- (A) o primeiro período do texto anuncia o tema e desenvolve o primeiro argumento.
- (B) o segundo período do texto antecipa um argumento, apelando para a autoridade de estudos realizados.
- (C) o segundo parágrafo explicita a tese a ser defendida.
- (D) o segundo parágrafo apela para uma evidência estatística a fim de apresentar um argumento para uma tese que ainda não foi expressa.
- (E) o último parágrafo se utiliza da intimidação pela vergonha social do fumante.

7

Observe o seguinte segmento descritivo, inserido numa narrativa.

“O campo ainda verde e vivo, mas parcialmente desfolhado e já quase deserto, oferecia a imagem da solidão e da proximidade do inverno. Brotava de seu aspecto uma mistura de impressão doce e triste análoga à minha idade e à minha sorte”.

A função da descrição, nesse caso, é a de

- (A) estabelecer uma analogia simbólica.
- (B) defender um ponto de vista, utilizando a descrição como exemplo.
- (C) utilizar a paisagem como oportunidade estética de valorizar o texto, apelando para metáforas.
- (D) indicar a semelhança existente entre a vida vegetal e a dos seres humanos, numa visão otimista dessas vidas.
- (E) mostrar, na natureza, aspectos que a valorizam como elemento decorativo.

8

Observe o seguinte fragmento textual:

“Observava com muito interesse o quadro de Van Gogh; um quarto modesto, com uma cama ao lado da porta, com pequenas gravuras na parede... Não guardei na memória o restante da cena porque imaginava a tristeza do pintor ao não ver reconhecido o seu imenso valor...”.

Nesse caso, a impossibilidade de descrever o restante do quarto está ligada a

- (A) uma limitação de tempo.
- (B) uma impossibilidade física.
- (C) um bloqueio psicológico.
- (D) uma falta de conhecimento.
- (E) um distanciamento temporal.

9

Observe a pequena descrição feita a seguir:

“João estava meio adoentado e não conseguia levantar-se da cama. Após ler algumas páginas de um livro interessante e bem escrito, abriu a persiana do quarto e observou os carros importados do vizinho milionário, a vizinha magra com seu eterno casaco preto...”.

Nesse pequeno texto podemos ver a presença de inúmeros adjetivos, que podem representar qualidades, características, estados e relações (referentes a algo). Sobre os adjetivos presentes nesse segmento, assinale a afirmação adequada.

- (A) “adoentado” representa uma qualidade, já que se trata de uma visão subjetiva do observador.
- (B) “interessante” representa também uma qualidade, ao contrário de “bem escrito”.
- (C) “milionário” é uma característica, pois a riqueza transparece no aspecto físico do vizinho.
- (D) “importados” é um adjetivo de relação, pois se origina no conhecimento do observador sobre o objeto.
- (E) “magra” e “preto” são exemplos, respectivamente, de estados e características.

10

Assinale a opção em que houve erro na grafia da forma sublinhada.

- (A) Muitas pessoas querem mudar. Não porque elas vejam a luz, mas porque elas sentem o calor.
- (B) Apenas porque tudo é diferente não significa que algo mudou.
- (C) Todas as respostas que sabemos tornaram-se inúteis porque as perguntas mudaram.
- (D) Apenas porque você ouviu uma coisa tantas vezes que te chateia, não significa que não seja verdade.
- (E) Quem não sabe porque perde, também não sabe porque ganha.

11

Uma das marcas da textualidade é a coerência; assinale a frase abaixo que não exemplifica a incoerência.

- (A) A história é um profeta que faz previsões sobre o passado.
- (B) Deixe para amanhã o que você já fez ontem.
- (C) Vivemos em paz pela imposição de nossa vontade.
- (D) Quando você chegar aos 80 já terá aprendido tudo. Você só precisará lembrar disso.
- (E) O personagem de Guimarães Rosa vivia na terceira margem do rio.

12

Assinale a opção que **não** apresenta uma opinião.

- (A) Nunca dispomos de todas as informações para que possamos chegar às melhores decisões.
- (B) Antigamente, os casamentos só ocorriam após um período de namoro e uns anos de noivado.
- (C) Logicamente, tudo muda de figura se o seu time vendeu todos os jogadores craques e ficou com a sobra.
- (D) O inferno está cheio de boas intenções.
- (E) As únicas pessoas normais são aquelas que você não conhece bem.

13

Assinale a opção em que a modificação de oração reduzida para desenvolvida foi feita de forma correta e adequada.

- (A) Na abundância é impossível compreender as lutas da miséria / Na abundância é impossível que se compreenda as lutas da miséria.
- (B) Todos nós somos doidos, mas ninguém tem o direito de impor aos outros a sua loucura / Todos nós somos loucos, mas ninguém tem o direito de imposição aos outros da sua loucura.
- (C) Qualquer um para entrar no hospício deveria assinar um termo / Qualquer um para que entre no hospício deveria assinar um termo.
- (D) Foi importante comunicar nossas decisões previamente / Foi importante a comunicação de nossas decisões previamente.
- (E) Será bastante útil ter a nossa disposição ferramentas adequadas / Será bastante útil que tenhamos a nossa disposição ferramentas adequadas.

14

A metonímia é um tipo de linguagem figurada que possui diferentes modelos; um desses modelos é o emprego de um termo abstrato por um concreto ou vice-versa.

Assinale a opção em que o termo sublinhado exemplifica o emprego de um termo abstrato por um concreto.

- (A) Na abundância, é impossível compreender as lutas da miséria.
- (B) Vaidade é o orgulho dos outros.
- (C) Quantos sufrimentos nos custaram os males que nunca ocorreram.
- (D) Um pedaço de pão comido com paz é melhor do que um banquete comido com ansiedade.
- (E) Conhecimento é o antídoto do medo.

15

A preposição DE, como outras preposições, pode ter valor gramatical, quando exigida por uma palavra anterior, ou valor semântico, quando expressa algo importante para o texto; assinale a opção em que a preposição DE sublinhada é exigida por um termo anterior.

- (A) Longe de educar o gosto, o teatro serve apenas para defantasiar o espírito, nos dias de maior aborrecimento.
- (B) No outro lado de cada medo está a liberdade.
- (C) Não sou um completo inútil... Ao menos não preciso de mau exemplo.
- (D) Em cada minuto de tristeza, você perde 60 segundos de alegria.
- (E) Uma ideia é um pensamento que ficou de pé.

Raciocínio Lógico Matemático

16

Descontos sucessivos de 30% e 40% são equivalentes a um único desconto de

- (A) 42%.
- (B) 58%.
- (C) 62%.
- (D) 66%.
- (E) 70%.

17

Considere a lista de números:

7, 8, 6, 7, 3, 10, 7, 6, N

Sabendo que a média é igual à única moda, o valor de N é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

18

Benedito determinou em testamento que a quantia que estava na sua poupança fosse dividida entre seus 4 filhos, em ordem decrescente de idade, da seguinte forma: $\frac{1}{3}$ para o primeiro, $\frac{1}{4}$ para o segundo, $\frac{1}{5}$ para o terceiro e $\frac{1}{6}$ para o quarto. Determinou ainda que a quantia restante fosse dada ao advogado que cuidou da questão.

A fração do total que o advogado recebeu foi

- (A) $\frac{1}{10}$.
- (B) $\frac{1}{12}$.
- (C) $\frac{1}{15}$.
- (D) $\frac{1}{18}$.
- (E) $\frac{1}{20}$.

19

Um criador de aves possui 80 galinhas em seu galinheiro e tem ração suficiente para 30 dias de alimentação. Após 10 dias de alimentação o criador vende 30 galinhas.

A quantidade de ração restante é suficiente para alimentar as galinhas restantes por mais

- (A) 32 dias.
- (B) 36 dias.
- (C) 42 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 48 dias.

20

Regina iniciou um tratamento médico que consiste em tomar 1 comprimido de certo medicamento dia sim, dia não. Ela precisava tomar todos os comprimidos de uma embalagem que continha 60 comprimidos.

Se ela tomou o primeiro comprimido em uma segunda-feira então ela tomou o último comprimido em

- (A) uma quarta-feira.
- (B) uma quinta-feira.
- (C) uma sexta-feira.
- (D) um sábado.
- (E) um domingo.

21

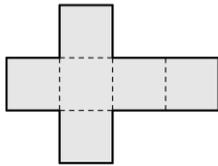
Um calendário é uma tabela em que cada dia do ano está associado a um dia da semana. Os calendários se repetem. Por exemplo, no ano de 1842, Taubaté recebeu o título de cidade e o calendário daquele ano era exatamente o mesmo do calendário deste ano de 2022.

O número de calendários distintos que existem é

- (A) 7.
- (B) 14.
- (C) 21.
- (D) 28.
- (E) 49.

22

O polígono da figura abaixo foi feito com a reunião de quadrados iguais.



O perímetro do polígono é igual a 112 cm.

A área desse polígono em cm^2 é igual a

- (A) 256.
- (B) 294.
- (C) 320.
- (D) 384.
- (E) 396.

23

O avô de Luciano disse:

“Com óculos, todas as fotos são nítidas.”

Se essa frase é FALSA é correto concluir que

- (A) sem óculos todas as fotos são nítidas.
- (B) com óculos todas as fotos não são nítidas.
- (C) sem óculos há fotos que não são nítidas.
- (D) com óculos há, pelo menos, uma foto que não é nítida.
- (E) com óculos nenhuma foto é nítida.

24

Uma empresa disponibilizou 3 cursos de aperfeiçoamento para seus funcionários: o Curso A, o Curso B e o Curso C. Como o horário permitia, cada funcionário poderia se matricular em mais de um curso. Terminado o prazo de matrículas, verificou-se que 8 funcionários se matricularam no curso A, 10 no curso B e 12 no curso C. Havia 4 funcionários matriculados nos cursos A e B, 4 funcionários nos cursos B e C e, também, 4 nos cursos A e C. Sabe-se ainda que há 1 único funcionário matriculado apenas no curso A.

O número de funcionários que estão matriculados em ao menos 1 curso é

- (A) 19.
- (B) 21.
- (C) 23.
- (D) 27.
- (E) 30.

25

Paulo passou alguns dias hospedado na casa de seu amigo Moacir fazendo todas as refeições com ele. Paulo gosta muito de feijão, mas na casa do amigo não havia feijão em todas as refeições.

Durante os dias em que ficou hospedado, Paulo verificou que poderia haver feijão no almoço ou no jantar, mas nunca nas duas refeições do mesmo dia. Sabe-se que:

- Em 14 dias teve feijão.
- Em 12 dias não teve feijão no jantar.
- Em 8 dias não teve feijão no almoço.

Portanto, Paulo ficou hospedado na casa do amigo por

- (A) 15 dias.
- (B) 16 dias.
- (C) 17 dias.
- (D) 18 dias.
- (E) 19 dias.

Atualidades

26

O Ártico é uma das regiões do mundo em que os efeitos das mudanças climáticas são mais evidentes. Mas, é também fonte de novos recursos e rotas que o colocam no centro de uma crescente competição.

A respeito do Ártico como novo ambiente de disputa geopolítica, assinale a afirmativa correta.

- (A) O degelo, em função do aquecimento global, acelerou a disputa entre os países com território ou águas territoriais dentro do Círculo Polar Ártico, como Dinamarca e Noruega.
- (B) A entrada da Suécia e Finlândia na OTAN, em função da guerra da Ucrânia, iniciou a militarização do Ártico, que passou a ter bases militares russas e europeias.
- (C) O degelo possibilitou rotas marítimas mais econômicas, que permitem aos navios mercantes encurtarem tempo e espaço entre Europa e América.
- (D) A exploração de riquezas minerais no Polo Norte foi intensificada pela proibição de escavar o fundo do oceano inscrito no Círculo Polar Ártico.
- (E) O decreto do Ártico como área de proteção ambiental, intensificou a extração de gás, petróleo e urânio pela Rússia e pelo Canadá.

27

Trata-se da representação digital de valor que pode ser negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento.

O trecho define um componente da economia internacional contemporânea denominado

- (A) criptomoeda.
- (B) capital de risco.
- (C) fundo acionário.
- (D) mercado futuro.
- (E) economia circular.

28

Variedades da Democracia (V-Dem) é um projeto da Universidade de Gotemburgo (Suécia) que propõe uma nova abordagem para conceitualizar e medir a democracia, considerada como um sistema de regras que vai além da presença de eleições.

A respeito da variedade de tipos e graus de democracia, relacione os regimes políticos listados a seguir com suas respectivas definições.

1. Democracias liberais
 2. Democracias eleitorais
 3. Autocracias eleitorais
- () Há eleições, mas as restrições a liberdades, como a de associação ou a de expressão, comprometem a legitimidade dos pleitos.
- () Há eleições multipartidárias legítimas, livres e justas, mas a garantia de direitos e o funcionamento institucional ainda têm problemas significativos.
- () Há eleições, e os cidadãos têm assegurados direitos individuais, para a proteção de minorias e igualdade perante a lei, enquanto o poder do Executivo é submetido ao controle legal dos poderes Legislativo e Judiciário.

Assinale a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) 1, 2 e 3.
 (B) 2, 3 e 1.
 (C) 3, 2 e 1.
 (D) 1, 3 e 2.
 (E) 3, 1 e 2.

29

A Síndrome de Burnout, conhecida também como a Síndrome do Esgotamento Profissional, foi recentemente reconhecida e classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como doença ocupacional, caracterizada como

- (A) distúrbio provocado por situações desgastantes geradas pelo trabalho, passível de ser diagnosticado pela própria pessoa.
- (B) fadiga e ansiedade por estresse crônico, relacionadas a situações de crise econômica, curadas com antidepressivos.
- (C) exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, passíveis de serem compensados por reposição hormonal.
- (D) alteração de humor e cansaço excessivo, seja físico ou mental, resultante de sedentarismo prolongado.
- (E) esgotamento físico e mental, fruto de exigência de nível de concentração e trabalho superior às forças orgânicas do trabalhador.

30

2030 é um ano assumido como horizonte de chegada de grandes mobilizações globais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os quais abarcam temas como os listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Erradicação da pobreza e da fome.
- (B) Promoção da igualdade de gênero.
- (C) Acesso à Justiça e promoção da paz.
- (D) Incentivo à fragmentação ambiental.
- (E) Acesso à educação e oportunidades de aprendizado.

31



“O que ela na verdade quer dizer é que...”. Cena de campanha da Gillette sobre *mansplaining*: quando um homem explica algo que foi dito por uma mulher, assumindo que ela não é capaz de dissertar sobre o assunto.

Em 2019, a marca de aparelhos de barbear Gillette divulgou um novo vídeo publicitário em que fazia referência ao seu slogan clássico, *The Best a Man Can Get* (O melhor que um homem pode ter), reformulando-o em uma indagação: *Is this the best a man can get?* (É isto o melhor que um homem pode ser?). Enquanto a primeira campanha fortalecia os ideais de uma certa masculinidade – ter êxito no esporte e na carreira e formar uma família heterossexual –, a de 2019 retratou cenas de um mundo masculino intoxicado por violências: sexismo no ambiente de trabalho, assédio sexual e *bullying*, por exemplo.

Com base no debate sobre masculinidade proposto pela campanha da Gillette, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A campanha aborda criticamente qualidades tradicionalmente valorizadas nos homens, como a resolução de conflitos pela força e a não demonstração de fragilidades.
- () A campanha reconhece que as masculinidades são construídas com base em normas culturais, sociais e contextuais e que, portanto, podem ser mudadas.
- () A campanha reflete a tendência de associar marcas a causas do ativismo social, de modo a forjar uma identidade entre o produto e um setor de consumidores.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
 (B) V, F e V.
 (C) F, V e V.
 (D) F, F e V.
 (E) V, V e V.

32

Observe a tabela com os principais torneios esportivos organizados pelo Qatar desde 2005.

TORNEIOS	ANO
JOGOS DO OESTE DA ÁSIA (WEST ASIAN GAMES)	2005
JOGOS ASIÁTICOS (ASIAN GAMES)	2006
CAMPEONATO ASIÁTICO DE ATLETISMO INDOOR	2008
CAMPEONATO INTERNACIONAL INTERCLUBES DE VOLEIBOL (FIVB)	2009
CAMPEONATO MUNDIAL DE ATLETISMO INDOOR (IAAF)	2010
COPA DA ÁSIA DE FUTEBOL	2011
JOGOS ÁRABES	2011
COPA DO MUNDO DE HANDEBOL (IHF)	2015
CAMPEONATO MUNDIAL DE CICLISMO DE ESTRADA (UCI)	2016
CAMPEONATO MUNDIAL DE GINÁSTICA ARTÍSTICA (FIG)	2018
JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO (COI) - *CANDIDATURA NÃO VITORIOSA	2020
COPA DO MUNDO DE FUTEBOL FIFA	2022

A respeito do esporte como estratégia de soft power pelo Qatar, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Qatar é um emirado cujo parlamento consultivo, eleito por sufrágio universal, é responsável pelo reconhecimento internacional do país, incluindo a organização de eventos esportivos.
- II. O investimento em esportes é um meio de o Qatar projetar uma imagem de país cosmopolita, de mostrar como um país islâmico pode dialogar com os valores culturais do Ocidente.
- III. O esporte é uma oportunidade para demonstrar a capacidade de expansão do país, de sua habilidade em atrair novos investimentos e parcerias, e de sua posição estratégica no mundo globalizado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

33

Desde o início de 2022, o cenário econômico global tem piorado, tanto em termos dos dados recentes, quanto das expectativas, como pode-se comprovar pelos relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI) do primeiro semestre do ano corrente.

A respeito desse cenário econômico, assinale a afirmativa que descreve corretamente um fator responsável pela queda nas projeções de crescimento no mundo.

- (A) A queda nas taxas de juros dos bancos centrais nos Estados Unidos e na Europa, sem uma recuperação correspondente de investimentos.
- (B) O prolongamento do conflito na Ucrânia, com as sanções impostas à Rússia e a elevação dos preços de energia e alimentos.
- (C) Os *lockdowns* para “*covid zero*” e a crise no mercado imobiliário na China, com a elevação da taxa de juros e o encarecimento das commodities chinesas.
- (D) A volta da demanda de bens e serviços e a elevação nos preços das commodities, com o agravamento da deflação nas economias avançadas.
- (E) A retirada dos incentivos fiscais da pandemia no Brasil, com queda na projeção de crescimento e aumento no desemprego e no quadro inflacionário.

34



Em agosto de 2022, a presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, visitou Taipei, capital de Taiwan, gerando tensão diplomática entre americanos e chineses.

A respeito do status da ilha do sudeste asiático, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma região autônoma da China com governante eleito por voto direto da população da ilha.
- (B) Destaca-se economicamente pelo turismo e pela indústria naval, em função de sua posição.
- (C) É considerada rebelde por Pequim por ter abrigado adversários políticos do regime comunista.
- (D) Os americanos reconhecem sua soberania e abriram representação diplomática em Taipei.
- (E) O Brasil não reconhece a jurisdição da república Popular Chinesa sobre o território taiwanês.

35



O documentário de Fabrício Bittar, “Amor Sertanejo” (2020), retrata a evolução desse gênero musical, sua força econômica e sua capacidade de inspirar o comportamento da juventude no Brasil.

A respeito do fenômeno sertanejo, seu sucesso comercial e sua influência cultural, analise as afirmativas a seguir.

- I. O sucesso do sertanejo se deve, entre outros, à capacidade de atualizar sua sonoridade, tendo incorporado elementos de outros gêneros, como o rock acústico, o *funk* e o pop.
- II. O predomínio da música sertaneja revela a afirmação de uma nova identidade cultural brasileira, apoiada no estilo caipira e em um ideal de vida rural, simples e campestre.
- III. A ascensão de cantoras nos palcos do sertanejo, o movimento do “feminejo”, mostra a força da mensagem de autonomia e liberdade femininas das canções, sem aderir ao feminismo tradicional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

36

João, Deputado Federal, tinha o compromisso de campanha de facilitar o acesso e a localização da legislação federal afeta a determinada temática de indiscutível relevância para a coletividade. O compromisso decorria do fato de a disciplina normativa se encontrar pulverizada entre diversos diplomas normativos. Ao indagar sua assessoria a respeito do mecanismo a ser utilizado, foi-lhe informado que se deveria proceder à consolidação da legislação existente.

Foi corretamente explicado a João que o referido mecanismo

- (A) deve promover a revogação formal de todas as leis que venha a incorporar, mas sem modificar o seu alcance nem interromper a força normativa dos comandos consolidados.
- (B) deve abranger todas as normas que tratem da temática, quaisquer que sejam os diplomas normativos a que digam respeito, que serão formalmente alocados na consolidação, permanecendo em vigor.
- (C) somente pode ser proposto pela Mesa Diretora ou por Comissão da Casa Legislativa, não por um de seus membros isoladamente, o que impediria João de se desincumbir dos seus compromissos de campanha.
- (D) deve ser veiculado em projeto de lei, que será apreciado em regime simplificado, a partir de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, sendo vedado que tenha por objeto matéria afeta aos direitos fundamentais.
- (E) é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, devendo abranger todas as normas que tratem da temática, quaisquer que sejam os diplomas normativos a que digam respeito, os quais serão anexados à consolidação.

37

Maria, Senadora da República, decidiu apresentar projeto de lei alterando a Lei nº XX, que disciplinava certa matéria de maneira que lhe parecia inadequada. Uma das alterações importaria no acréscimo de dois novos artigos ao referido diploma normativo, enquanto outra acarretaria a revogação de um artigo.

À luz da narrativa e da técnica legislativa a ser adotada, é correto afirmar que

- (A) os artigos da Lei nº XX devem ser renumerados após o acréscimo e a revogação descritos.
- (B) o número do artigo revogado pode ser aproveitado, passando a dispor sobre outra matéria.
- (C) os artigos a serem acrescidos devem utilizar o mesmo número do artigo imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética.
- (D) como a mesma proposição veiculará dois acréscimos e uma revogação, é obrigatório o aproveitamento do número do artigo revogado, de modo a evitar alterações desnecessárias na numeração.
- (E) a lei alteradora deve reproduzir a integralidade da lei alterada, de modo a facilitar a compreensão de sua coerência sistêmica.

38

Ana, estagiária no âmbito da Câmara dos Deputados, foi instada por determinado servidor a elencar algumas medidas que, de acordo com a sistemática legal vigente, contribuem para aumentar a precisão das disposições normativas. De acordo com Ana, algumas dessas medidas consistiriam em: (1) evitar o uso de expressões regionais; (2) grafar de modo abreviado números e percentuais; e (3) não utilizar o significante anterior ou equivalente, mas indicar expressamente o dispositivo objeto da remissão.

À luz da sistemática legal vigente, é afirmar, em relação às conclusões de Ana, que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a conclusão 3 está certa.
- (C) apenas a conclusão 2 está certa.
- (D) apenas as conclusões 1 e 3 estão certas.
- (E) apenas as conclusões 1 e 2 estão certas.

39

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Senado Federal, foi questionada por seu superior hierárquico a respeito da forma de estruturação da “cláusula de revogação” que costuma ser inserida ao fim de um diploma normativo.

Foi corretamente respondido por Maria que a referida cláusula

- (A) deve ser sempre geral, jamais específica, de modo a evitar discussões a respeito da vigência das leis ou disposições legais a que não se fez menção expressa.
- (B) deve sempre enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas, o que facilitará a identificação, pelo intérprete, dos textos em vigor.
- (C) somente pode ser inserida, em prol da clareza, quando a revogação alcance mais de dois diplomas normativos, os quais devem ser devidamente individualizados.
- (D) somente deve ser inserida ao fim do diploma normativo se forem revogadas leis em vigor, não meros preceitos inseridos em leis preexistentes.
- (E) não deve ser inserida no diploma normativo, pois a revogação tácita, dos comandos de natureza pretérita, que se mostrem incompatíveis, decorre da própria Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

40

Inês, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Presidência da República, foi instada por seu superior hierárquico a indicar o critério a ser utilizado para a numeração dos decretos regulamentares editados pela Presidente da República.

Inês respondeu corretamente que a numeração sequencial dos referidos decretos

- (A) é reiniciada a cada ano.
- (B) segue a série iniciada em 1891.
- (C) segue a série iniciada em 1946.
- (D) segue a série iniciada em 1988.
- (E) não é cabível, pois somente possuem numeração os decretos pessoais.

41

O Ministério XX apresentou, em sua respectiva área de competência, proposta de ato normativo a ser editado pelo Presidente da República. Como a proposta também tangenciava a área de atuação do Ministério YY, este último também foi instado a se manifestar, tendo divergido de alguns pontos da proposição, em relação aos quais o Ministério XX permanecia irredutível.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida no Decreto nº 9.191/2017, é correto afirmar que

- (A) a proposta deve ser arquivada, sem prejuízo de posterior desarquivamento caso o impasse seja superado.
- (B) o Presidente da República somente editará o ato normativo após a exoneração do Ministro de Estado que divirja dos seus termos.
- (C) o Presidente da República deve buscar superar o impasse entre os Ministérios e, caso se mostre insuperável, atribuir ao ato normativo os contornos que lhe pareçam mais adequados.
- (D) a Advocacia-Geral da União deve mediar a composição entre os Ministérios XX e YY, inclusive apresentando propostas alternativas para a análise dos envolvidos.
- (E) a Casa Civil da Presidência da República, caso o impasse não seja superado, poderá formular e propor ao Presidente da República alternativa de ato normativo.

42

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Taubaté, as proposições destinadas a regular matéria político-administrativa de competência exclusiva da Câmara são

- (A) lei ordinária (de efeito *erga omnes*) e decreto legislativo (de efeito limitado), cuja constitucionalidade é objeto de controle concentrado pelo Tribunal de Justiça municipal.
- (B) decreto legislativo (de efeito externo) e resolução (de efeito interno), cujos projetos são promulgados pelo Presidente da Câmara e independem de sanção do Prefeito.
- (C) projetos de lei ordinária e de lei complementar, que disponham sobre o regime jurídico, provimento de cargos e estabilidade dos servidores, cujas iniciativas compete privativamente à Câmara.
- (D) estatuto dos servidores (define regime jurídico de uma categoria) e códigos municipais (regula direitos de forma *erga omnes*), que são objeto de controle interno pelo Tribunal de Contas.
- (E) emenda à Lei Orgânica do Município (exige quórum qualificado) e lei complementar (exige maioria de dois terços), cujos projetos devem passar pelo órgão de controle interno do Poder Executivo, antes da sanção.

43

A Mesa da Câmara Municipal de Taubaté é o órgão diretivo, executivo e disciplinador de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Consoante dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal, o mandato dos membros da Mesa é de

- (A) dois anos, proibida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente da mesma legislatura.
- (B) um ano, permitida uma recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente da mesma legislatura.
- (C) quatro anos, proibida a recondução para o mesmo cargo em qualquer eleição da mesma legislatura.
- (D) um ano, permitidas sucessivas reconduções para o mesmo cargo em eleições subsequentes em quaisquer legislaturas.
- (E) dois anos, permitida uma recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente da mesma legislatura.

44

João, servidor público efetivo do Município de Taubaté, atualmente ocupa cargo de Diretor de Departamento e dedica 40 (quarenta) horas semanais à Municipalidade. Consoante dispõe o Código de Administração do Município de Taubaté, a João é devido o(a)

- (A) adicional pela prestação de serviço extraordinário, que corresponde a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento.
- (B) adicional pelo exercício de atividades de gestão, que corresponde a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento.
- (C) gratificação especial de chefia, que corresponde a percentual entre 50% (cinquenta) e 100% (cem por cento) sobre o vencimento.
- (D) gratificação de desempenho, que corresponde a percentual entre 50% (cinquenta) e 100% (cem por cento) sobre o vencimento.
- (E) adicional de representação, que corresponde a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

45

A Lei Complementar nº 401/2016 dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de Taubaté. De acordo com tal lei, a Consultoria Legislativa está inserida na estrutura organizacional da

- (A) Diretoria de Logística e tem competência para apoiar os vereadores e servidores durante todas as fases do processo legislativo.
- (B) Secretaria Geral e tem competência para distribuir notas oficiais da Mesa da Câmara, da Presidência e da Diretoria-Geral.
- (C) Diretoria Legislativa e tem competência para elaborar notas técnicas e pareceres no âmbito do processo legislativo, quanto ao mérito das proposições normativas e sua adequação à técnica legislativa.
- (D) Escola Legislativa e tem competência para assessorar os vereadores e servidores durante todas as fases do processo legislativo, quando convocada pelo Presidente, em relação aos aspectos formais da elaboração de lei.
- (E) Secretaria das Comissões Permanentes e tem competência para assistir a Mesa da Câmara e os vereadores na condução das sessões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas relacionadas ao processo legislativo, independentemente de convocação da Presidência da Câmara.

46

A Lei Complementar nº 470/2021 do Município de Taubaté dispõe sobre a estrutura administrativa do Município e dá outras providências. De acordo com o citado diploma normativo, o órgão municipal que, por essência, tem por finalidade promover e manter relações institucionais com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública e com outras entidades ligadas à Justiça, definir o posicionamento político-institucional relativo a temas de especial relevância para a Administração Pública Municipal, bem como atuar na defesa do consumidor e executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação é a

- (A) Procuradoria Geral do Município.
- (B) Secretaria Municipal de Justiça.
- (C) Secretaria de Governo e Relações Institucionais.
- (D) Secretaria de Administração.
- (E) Procuradoria Geral de Justiça.

47

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e aplicar penas disciplinares aos servidores da Câmara Municipal compete à (ao)

- (A) Presidente da Câmara, ouvido o Corregedor-Geral.
- (B) Prefeito Municipal, ouvido o Presidente da Câmara.
- (C) Vice-Presidente da Câmara.
- (D) Mesa da Câmara.
- (E) Primeiro Secretário da Câmara.

48

Maria, servidora pública ocupante de cargo efetivo na Câmara Municipal de Taubaté exerce função de membro que compõe comissão de licitação na Casa Legislativa.

De acordo com a Lei Complementar nº 401/2016 do Município de Taubaté, Maria

- (A) faz jus à gratificação de serviço extraordinário, que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do vencimento.
- (B) faz jus à gratificação de função, que corresponde a 10% (dez por cento) do vencimento.
- (C) não faz jus a qualquer gratificação, pelo princípio da isonomia com os demais servidores públicos, exceto se trabalhar mais de 40 (quarenta) horas por semana.
- (D) não faz jus a qualquer gratificação, pela natureza da função exercida, que não comporta ônus financeiro para o erário, em razão da supremacia do interesse público.
- (E) faz jus à gratificação especial, que corresponde a percentual entre 50% (cinquenta) e 100% (cem por cento) sobre o vencimento.

49

Márcia, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo da Câmara do Município Alfa, requereu o gozo de licença gestante à Casa Legislativa. A autoridade competente verificou que Márcia preenchia os requisitos legais e deferiu o pleito.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato de concessão da licença a Márcia é um ato

- (A) discricionário, pois a autoridade competente está obrigada a deferir a licença.
- (B) enunciativo, pois a autoridade competente constitui um direito a que a servidora faz jus.
- (C) composto, pois preenchidos os requisitos legais, a autoridade competente tem o dever de deferir o pleito e publicar o ato no diário oficial.
- (D) constitutivo, pois a autoridade competente declara um direito pré-existente.
- (E) vinculado, pois preenchidos os requisitos da norma aplicável, a autoridade competente tem o dever de praticar o ato.

50

O Município Alfa, buscando maior eficiência, deseja transferir a titularidade e a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito público da Administração Indireta.

Nesse caso, consoante leciona a doutrina de Direito Administrativo em tema de forma de prestação do serviço, o Município Alfa deverá realizar a

- (A) descentralização por serviço, pela outorga, mediante lei.
- (B) descentralização por colaboração, pela delegação, mediante contrato.
- (C) desconcentração por serviço, pela delegação, mediante lei.
- (D) desconcentração por colaboração, pela outorga, mediante contrato.
- (E) descentralização por hierarquia, pela delegação, mediante contrato.

51

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), o processo licitatório tem por objetivos as opções a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- (B) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- (C) Vedar, em qualquer hipótese, participação em licitação de pessoa jurídica em consórcio.
- (D) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- (E) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

52

Moacir é servidor público da Câmara do Município Beta, cidade rural situada no interior do Estado Delta, e é responsável pelo controle interno da Casa Legislativa. No exercício de suas funções, Moacir tomou conhecimento de ilegalidade praticada pela sociedade empresária Alfa contratada pela Câmara, consistente em superfaturamento em contrato administrativo, que gerou dano ao erário no valor de quatrocentos mil reais.

Em matéria de controle da administração pública, sabendo que a legislação local de regência é no mesmo sentido do texto da Constituição da República, Moacir deve dar ciência da ilegalidade ao (à)

- (A) Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- (B) Tribunal de Contas do Município, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (D) Defensoria Pública do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- (E) Controladoria-Geral da Câmara, sob pena de responsabilidade subsidiária.

53

O Município Alfa pretende realizar a alienação de determinado bem imóvel, pois verificou, no bojo de processo administrativo, a existência de interesse público devidamente justificado, pois a propriedade não é usada há muito tempo para qualquer finalidade pública.

No caso em tela, a venda do imóvel será precedida de

- (A) consulta pública, exigirá autorização legislativa e, em regra, dependerá de licitação na modalidade concorrência.
- (B) avaliação, exigirá autorização legislativa e, em regra, dependerá de licitação na modalidade leilão.
- (C) consulta pública, exigirá autorização do Tribunal de Contas e, em regra, não dependerá de licitação.
- (D) avaliação, exigirá autorização do Prefeito e, em regra, não dependerá de licitação.
- (E) consulta pública, exigirá autorização do Prefeito e, em regra, dependerá de licitação na modalidade concorrência.

54

O Vereador João praticou diversas condutas que podem levar a Câmara Municipal a cassar seu mandato.

De acordo com o texto do Decreto Lei nº 201/1967, assinale a opção que traduz uma situação que não configura hipótese de cassação do mandato do Vereador João.

- (A) Fixar residência fora do Município.
- (B) Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção.
- (C) Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, a duas sessões ordinárias consecutivas da Câmara Municipal.
- (D) Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.
- (E) Utilizar-se do mandato para a prática de improbidade administrativa.

55

O Prefeito João, de forma livre e consciente, deixou de apresentar à Câmara Municipal, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.

De acordo com o Decreto Lei nº 201/1967, em tese, João praticou

- (A) crime de responsabilidade e está sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, mediante prévio pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- (B) infração político-administrativa e está sujeito ao julgamento pela Câmara dos Vereadores, com sanção de cassação do mandato.
- (C) crime de responsabilidade e está sujeito à suspensão dos direitos políticos por até oito anos, mediante julgamento pela Câmara dos Vereadores.
- (D) infração disciplinar e está sujeito à suspensão dos direitos políticos por até cinco anos, mediante julgamento pela Câmara dos Vereadores.
- (E) crime de menor potencial ofensivo e está sujeito ao julgamento pelo Juizado Especial Criminal, mediante prévio pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

56

Nos termos do Art. 31, § 3º, da Constituição da República de 1988, “as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”.

À luz desse texto, João, estudante de direito constitucional, questionou o seu professor a respeito da eficácia da norma obtida a partir desse preceito, bem como se a Lei nº XX, preexistente, que considerava as contas dos Municípios sigilosas, poderia ser submetida ao controle de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, por ofensa ao mencionado Art. 31, § 3º, via ação direta de inconstitucionalidade.

O professor respondeu corretamente que a referida norma tem eficácia

- (A) contida e não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas pode ser objeto do controle difuso de constitucionalidade.
- (B) limitada e não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas pode ser objeto do controle difuso de constitucionalidade.
- (C) limitada e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) contida e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) integrativa e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

57

A região norte do Município Alfa tinha grande potencial turístico, enquanto a região sul era um importante polo industrial. Por entenderem que as obras de infraestrutura construídas pelo Município atendiam mais aos interesses da região sul, os moradores da região norte iniciaram forte campanha para que a região norte fosse incorporada pelo Município Beta, também com elevado potencial turístico.

Os líderes do movimento procuraram um advogado e o consultaram em relação à forma de sacramentar a alvitrada incorporação. Foi-lhes corretamente informado que, entre outros requisitos, a incorporação seria efetivada mediante

- (A) lei estadual, no período estabelecido por lei complementar federal.
- (B) lei do Município Alfa, no período determinado em lei estadual, atendidos os requisitos fixados em lei complementar federal.
- (C) leis dos Municípios Alfa e Beta, no período determinado em lei estadual, atendidos os requisitos fixados em lei complementar federal.
- (D) emenda à Constituição Estadual, com base em leis dos Municípios Alfa e Beta, que homologassem às consultas realizadas às respectivas populações, nos termos de lei complementar federal.
- (E) alteração das leis orgânicas dos Municípios Alfa e Beta, nos termos da lei estadual, no período estabelecido por lei complementar federal.

58

Com o objetivo de assegurar a ocupação ordenada do solo urbano, estabelecendo ainda um padrão mínimo de uniformidade no território estadual, a Constituição do Estado Alfa foi emendada para dispor que seria obrigatório o plano diretor para os Municípios que tenham de cinco mil a vinte mil habitantes.

Irresignada com o teor da emenda à Constituição Estadual, a Associação Estadual de Municípios consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo corretamente respondido que ela é

- (A) constitucional, desde que lei complementar da União tenha autorizado os Estados a legislar sobre urbanismo.
- (B) inconstitucional, pois nenhuma norma da Constituição Estadual é aplicável aos Municípios, o que decorre de sua autonomia política.
- (C) constitucional, pois se trata de norma já prevista na Constituição da República, de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais.
- (D) inconstitucional, pois os Municípios que tenham de cinco mil a vinte mil habitantes não estão obrigados, pela Constituição da República, a ter plano diretor.
- (E) inconstitucional, pois somente lei da União, à margem de outra justificativa, pode estender a exigência do plano diretor aos Municípios que tenham de cinco mil a vinte mil habitantes.

59

Um grupo de vereadores do Município Alfa apresentou projeto de lei visando ao aprimoramento dos mecanismos de segurança, patrimonial e de pessoas, no âmbito das escolas públicas municipais. O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal e, uma vez derrubado o veto do Chefe do Poder Executivo, resultou na Lei municipal nº XX.

Com a publicação da Lei municipal nº XX, o Partido Político Beta, ao qual estava filiado o Prefeito Municipal, solicitou à sua assessoria jurídica que analisasse a compatibilidade desse diploma normativo com a ordem constitucional.

A assessoria respondeu corretamente que a Lei municipal nº XX é formalmente

- (A) constitucional, pois a Câmara Municipal tem o poder de iniciativa legislativa em todas as matérias de interesse do Município.
- (B) inconstitucional, pois afronta competência privativa da União para legislar sobre a matéria.
- (C) inconstitucional, pois trata da atribuição de órgãos do Poder Executivo e da atuação dos servidores públicos.
- (D) inconstitucional, pois a matéria é de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, por envolver a prestação de um serviço municipal.
- (E) constitucional, embora tenha criado despesa para a Administração Pública.

60

O Supremo Tribunal Federal (STF), sem sede de controle difuso de constitucionalidade, declarou a inconstitucionalidade da Lei nº XX, do Município Beta, em razão da ocorrência de vício formal, decorrente da incompetência desse ente federativo para legislar sobre a matéria. Além disso, aprovou tese de repercussão geral dispondo que os Municípios em geral eram incompetentes para legislar sobre a matéria.

Ao ser cientificado do teor da decisão, o Prefeito do Município Beta, em franca colidência com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, apresentou projeto de lei no qual revogava a Lei nº XX, disciplinando a matéria da forma que, ao seu ver, “se mostrava mais consentânea com a realidade local”.

Considerando os termos dessa narrativa, é correto afirmar que a decisão do STF, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº XX

- (A) não é vinculante para a Câmara Municipal de Beta, do mesmo modo que a tese de repercussão geral não o é, podendo ser aprovada outra lei sobre a matéria.
- (B) só é vinculante para a Câmara Municipal de Beta caso o Senado Federal tenha editado resolução suspendendo a eficácia da Lei nº XX.
- (C) não é vinculante para a Câmara Municipal de Beta, mas a tese de repercussão geral o é, não podendo ser aprovada outra lei sobre a matéria.
- (D) é vinculante para a Câmara Municipal de Beta, que não pode aprovar outra lei sobre a matéria.
- (E) só é vinculante se a Câmara Municipal de Beta tiver sido formalmente intimada da decisão do STF.

61

O Prefeito do Município Beta encaminhou à Câmara Municipal a proposta de lei orçamentária para o próximo exercício financeiro. Maria, Vereadora integrante da Comissão de Finanças, entendia que as dotações direcionadas ao pagamento (1) de pessoal e (2) dos juros da dívida pública estavam muito elevadas, o que tinha o efeito de diminuir as dotações direcionadas à (3) implementação de políticas públicas, com realce para aquelas relacionadas às pessoas com deficiência. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser apresentada uma emenda ao referido projeto de lei, de modo que as dotações referidas em 1 e 2 fossem reduzidas, com o consequente aumento daquela referida em 3.

A assessoria respondeu corretamente que, observados os demais balizamentos existentes,

- (A) não é possível a apresentação, pelos Vereadores, de emendas ao projeto de lei orçamentária anual.
- (B) a Câmara Municipal possui plena liberdade valorativa para a análise do projeto de lei orçamentária, podendo remanejar todas as dotações inicialmente sugeridas pelo Executivo.
- (C) o aumento das dotações referidas em 3 não pode decorrer da redução daquela referida em 1, mas tão somente da diminuição daquela mencionada em 2.
- (D) o aumento das dotações referidas em 3 não pode decorrer da redução daquela referida em 2, mas tão somente da diminuição daquela mencionada em 1.
- (E) o aumento das dotações referidas em 3 não pode decorrer da redução daquelas referidas em 1 e 2.

62

João e Maria eram possuidores, há 6 (seis) anos interruptos e sem oposição, de uma área urbana de duzentos e dez metros quadrados, que utilizavam para a sua moradia, não tendo nenhuma outra propriedade. Na esperança de terem preenchidos os requisitos para aquisição da propriedade por meio da usucapião urbana especial, comentaram com um colega que procurariam um advogado. O colega, no entanto, ressaltou que teriam problemas para a realização do seu objetivo, pois a área que ocupavam, além de ser parte de uma propriedade maior, era inferior ao módulo mínimo do lote urbano existente no respectivo Município.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que João e Maria

- (A) não preencheram os requisitos de tempo de posse e dimensão da área para a aquisição originária da propriedade da forma almejada.
- (B) preencheram os requisitos para a aquisição originária da propriedade da forma almejada, acrescendo-se que as observações do seu colega não configuram óbice ao seu objetivo.
- (C) preencheram os requisitos para a aquisição originária da propriedade da forma almejada, mas o fato de terem a posse de parte de uma área maior impede a concretização do seu objetivo.
- (D) preencheram os requisitos para a aquisição originária da propriedade da forma almejada, mas o fato de a área que possuem ser inferior ao módulo mínimo impede que alcancem o seu objetivo.
- (E) não preencheram o requisito da viabilidade jurídica para a aquisição originária da propriedade da forma almejada, pois as normas de urbanismo têm estatura constitucional, não podendo ser desconsideradas.

63

Em determinada legislatura, um vereador da Câmara Municipal de Taubaté iniciou tratativas com seus colegas visando à instauração de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para apurar: (1) quais as ações que poderiam ser adotadas pelo Município, visando à melhoria da qualidade de vida da população; (2) os motivos de inúmeros crimes de lesões graves terem sido praticados por determinada pessoa, nas ruas do Município, em detrimento dos idosos, de modo a colaborar com a atuação do Ministério Público; e (3) se determinada Secretaria Municipal estaria se negando a realizar o atendimento dos munícipes, como fora veiculado em alguns meios de comunicação.

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, é correto afirmar que, entre os objetivos alvitados pelo vereador,

- (A) todos podem ser objeto de CPIs.
- (B) nenhum deles pode ser objeto de CPIs.
- (C) apenas o objetivo alvitado em 3 pode ser objeto de CPI.
- (D) apenas os objetivos alvitados em 1 e 3 podem ser objeto de CPIs.
- (E) apenas os objetivos alvitados em 1 e 2 podem ser objeto de CPIs.

64

Você, como Consultor Legislativo da Câmara Municipal de Taubaté (SP), é instado a se manifestar sobre quais, dentre as listadas a seguir, constituem causas de extinção do crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional (CTN). Você assinala, corretamente:

- (A) compensação, consignação em pagamento e moratória.
- (B) isenção, conversão de depósito em renda e prescrição.
- (C) pagamento, decadência e anistia.
- (D) pagamento, transação e remissão.
- (E) decisão judicial passada em julgado, dação em pagamento de bens imóveis e parcelamento.

65

A Constituição Federal de 1988 explicita diversas limitações ao poder estatal para tributar, dentre as quais se destaca o princípio da legalidade, segundo o qual é vedado exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.

Sobre o princípio em questão, nos termos do Código Tributário Nacional e da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) Enquanto a definição do fato gerador da obrigação tributária principal submete-se à reserva legal, a definição do sujeito passivo pode ocorrer por ato infralegal.
- (B) Alguns impostos admitem a majoração de sua alíquota por ato infralegal.
- (C) Não se admite a majoração de impostos por Medida Provisória.
- (D) As hipóteses de isenção de tributos consistem em exceções ao princípio da reserva legal, uma vez que beneficiam o contribuinte.
- (E) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo segundo índices oficiais de atualização deve sujeitar-se à reserva legal.

66

O Município Alfa fixou as seguintes despesas em sua Lei Orçamentária Anual: custeio de pessoal civil, obras públicas, subvenções econômicas, subvenções sociais, aquisição de imóveis, amortização da dívida pública, juros da dívida pública e concessão de empréstimos.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, das despesas mencionadas, são classificadas como despesas correntes

- (A) Custeio de pessoal civil, subvenções econômicas, subvenções sociais e juros da dívida pública.
- (B) Custeio de pessoal civil, obras públicas, subvenções sociais e amortização da dívida pública.
- (C) Custeio de pessoal civil, obras públicas e amortização da dívida pública.
- (D) Custeio de pessoal civil, subvenções sociais e concessão de empréstimos.
- (E) Custeio de pessoal civil, subvenções econômicas, amortização da dívida pública e juros da dívida pública.

67

Uma entidade religiosa com sede em Taubaté alugou, em maio de 2022, um galpão nesta cidade e o adaptou para servir de templo religioso para seus cultos.

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal de 1988 e do Código Tributário do Município de Taubaté, assinale a afirmativa correta acerca do IPTU.

- (A) São contribuintes do IPTU no Município de Taubaté apenas o proprietário e o titular do domínio útil.
- (B) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU, no Município de Taubaté, em 1º de fevereiro de cada ano.
- (C) O IPTU do Município de Taubaté não incidirá sobre este imóvel onde funciona o templo religioso, ainda que a entidade religiosa seja apenas locatária do bem.
- (D) O pagamento do IPTU implica reconhecimento, pelo Município de Taubaté, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.
- (E) A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município de Taubaté, para fins de IPTU, é facultativa.

68

O lançamento tributário é o procedimento por meio do qual se constitui o crédito tributário. Quando a legislação tributária de um ente federado atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento de certo tributo sem prévio exame do Fisco, a modalidade de lançamento considerada será

- (A) de ofício.
- (B) direto.
- (C) por declaração.
- (D) por arbitramento.
- (E) por homologação.

69

Para que um Município possa ser beneficiado com transferências voluntárias de outros entes federados, deve, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), instituir e efetivamente arrecadar, necessariamente, os seguintes tributos municipais:

- (A) IPTU, Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar, COSIP e ISS.
- (B) ISS, Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar, COSIP e Taxa de Fiscalização de Funcionamento.
- (C) ITBI, IPTU e ISS.
- (D) IPVA, ITBI, ISS e COSIP.
- (E) IPTU, ICMS e ISS.

70

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) impõe limitações à realização de despesas orçamentárias, sobretudo na iminência do término de mandato dos Chefes do Poder Executivo, a fim de preservar o equilíbrio das contas públicas na gestão subsequente.

Supondo que o Prefeito do Município Beta esteja em seu último ano de mandato, é correto afirmar que

- (A) nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, não pode contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- (B) no último ano de mandato do Prefeito Municipal, havendo insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, somente estão autorizadas operações de crédito por antecipação de receita para custeio de despesas com saúde, educação, seguridade social e pagamento de pessoal.
- (C) se a dívida consolidada do Município exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do poder Executivo, haverá limitação de empenho somente em relação às despesas de capital.
- (D) independentemente de ser o último ano de mandato do chefe do Poder Executivo, na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis aos municípios para recebimento de transferências voluntárias, desde que os recursos recebidos sejam aplicados exclusivamente na área de saúde.
- (E) será autorizado ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder executivo, desde que seja indicada a fonte de custeio e as respectivas medidas compensatórias.

Questão Discursiva

João, Vereador do Município Alfa, entendia que a Lei Orgânica desse ente federativo apresentava algumas incoerências em relação a normas da Constituição do Estado, que dispunham em sentido diverso a respeito da proteção ao meio ambiente. No entanto, essa incoerência não fora detectada em relação à Constituição da República, cujas normas, na referida seara, foram quase que literalmente reproduzidas pela Lei Orgânica de Alfa. Apesar disso, João entendia que o modelo adotado pela Constituição Estadual era melhor que o da Constituição da República, por diminuir a liberdade dos órgãos competentes na implementação de políticas públicas de viés ambiental. Em razão das referidas incoerências, João decidiu discutir com o demais Vereadores filiados ao seu partido político a conveniência de se proceder à alteração da Lei Orgânica, estando ciente de que não havia qualquer alinhamento político entre o Prefeito Municipal e a Câmara do Município Alfa.

À luz dessa narrativa, o candidato deve discorrer sobre os seguintes aspectos:

- (a) a obrigatoriedade, ou não, de a Lei Orgânica do Município Alfa reproduzir as normas de proteção ao meio ambiente previstas na Constituição Estadual;
- (b) a participação do Chefe do Poder Executivo Municipal no processo legislativo direcionado à alteração da Lei Orgânica do Município;
- (c) a possibilidade, ou não, de a Lei Orgânica Municipal disciplinar matérias de iniciativa legislativa privativa do Prefeito Municipal.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

RASCUNHO

Realização

